

PARECER JURÍDICO

EMENTA: “Direito Administrativo. Analise. Legalidade e Constitucionalidade. Institui a semana da educação ambiental nas escolas em âmbito municipal. Possibilidade”.

Através da Comissão de Legislação e Justiça, foi requerido parecer jurídico acerca do Projeto de Lei nº **060/2023**, de origem do Poder Legislativo, por iniciativa do vereador **José Manoel da Silva**, dispondo sobre a implementação da semana da educação ambiental nas escolas municipais.

Nosso entendimento é a contribuição das escolas municipais contribuir com o desenvolvimento na educação ambiental do município, e apoiar a regularização ambiental das propriedades rurais e urbanas no âmbito de fortalecer o educacional críticos e participativos que promovam a formação, capacitação, comunicação e mobilização agroecológica e as práticas produtivas sustentáveis são objetivos do projeto de lei que cria a semana educação ambiental do nosso município de Santa Cruz do Capibaribe-PE.

Levando em consideração o disposto no art. 192, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, o parecer jurídico cinge-se tão somente para analisar o aspecto da legalidade ou constitucionalidade da matéria apresentada.

Em análise do referido projeto de lei, o mesmo encontra-se sem quaisquer vícios capazes de macular sua legalidade ou constitucionalidade, haja vista que o seu objetivo é tão somente a implementação de uma semana conscientizando os estudantes das escolas do âmbito deste município.

Pelo exposto, e levando em consideração as razões trazidas na mensagem, como também na análise desta assessoria jurídica, **OPINAMOS** pelo seguimento do referido Projeto de Lei.

É o parecer. S.M.J.

Santa Cruz do Capibaribe-PE, 10 de abril de 2023.

JOSEBERGUE JOÃO ALVES
Assessor Jurídico - OAB/PE nº 34.632